



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2016, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. No período, possuía sob sua

gestão R\$ 181,1 bilhões, distribuídos em 1.553 Fundos de Investimento e 1 Carteira Administrada, atendendo um total de 38.571 cotistas.

No semestre, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 5,6 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 48,2 milhões e Ativos Totais de R\$ 53,9 milhões.

Osasco, SP, 27 de julho de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
ATIVO		
CIRCULANTE	53.873	41.045
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	44	48
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	50.754	36.705
Carteira Própria	50.754	36.705
OUTROS CRÉDITOS	3.075	4.292
Rendas a Receber (Nota 6a)	2.564	1.915
Diversos (Nota 6b)	511	2.377
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67	16
OUTROS CRÉDITOS	67	16
Diversos (Nota 6b)	67	16
PERMANENTE	1	1
INVESTIMENTOS	1	1
Outros Investimentos	1	1
TOTAL	53.941	41.062

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.204	2.096
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	3.204	2.096
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.204	2.096
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	6.956	5.445
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 10)	13.807	11.203
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(4.690)	(3.994)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(1.093)	(850)
Outras Recotas Operacionais (Nota 13)	(1.093)	23
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(1.068)	(937)
RESULTADO OPERACIONAL	10.160	7.541
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.160	7.541
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 16a e b)	(4.568)	(3.018)
Provisão para Imposto de Renda	(2.531)	(1.872)
Provisão para Contribuição Social	(2.035)	(1.135)
Ativo Fiscal Diferido	(2)	(11)
LUCRO LÍQUIDO	5.592	4.523
Número de cotas (Notas 9a e b)	22.900.000	18.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	244,19	251,28

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.160	7.541
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(4.031)	(2.641)
(Aumento) em Outros Créditos	(182)	(56)
Aumento em Outros Obrigações	557	131
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.401)	(4.941)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	103	34
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(92)	(78)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(92)	(78)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	(44)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	33	92
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	44	48
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	(44)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de julho de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam dúvidas, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 44 mil (2015 - R\$ 48 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Carteira Própria		
Cotas de fundos de investimentos	50.754	36.705
Total	50.754	36.705
b) Classificação por categorias e prazos		
	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Títulos (1)		
Títulos para negociação: (3)		
Letras financeiras do tesouro	-	-
Notas do tesouro nacional	5.063	-
Letras financeiras	1.889	2.301
Debêntures	-	955
Total em 2016	6.952	2.301
Total em 2015	18.553	3.112
	1 a 30 dias	31 a 180 dias
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
		Valor de mercado/contábil (2)
	38.923	38.923
	5.063	5.063
	5.813	5.813
	955	955
	50.754	50.754
	12.936	12.936
		36.705

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com o sistema de compartilhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e elevadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Corresponde a rendas de aplicações em títulos de renda fixa no montante de R\$ 3.204 mil (2015 - R\$ 2.096 mil).

d) A BEM DTVM não operou com instrumentos financeiros de derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber
Referem-se à prestação de serviços - taxa de administração de fundos no montante de R\$ 2.564 mil (2015 - R\$ 1.915 mil).

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições a pagar (1)	367	2.362
Devedores por depósitos em garantia	112	7
Crédito tributário (Nota 16c)	79	24
Outros	20	-
Total	578	2.393

(1) No segundo semestre de 2015 foram compensados R\$ 2.020 mil de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e elevadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 30 de junho de 2016 e de 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda provável e possível de montante relevante.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Totais
		Legal	Estatutária	
Saldos em 31.12.2014	13.700	1.068	18.237	33.005
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	4.300	-	(4.300)	-
Lucro Líquido	-	-	-	4.523
Destinações: - Reservas	-	226	4.254	(4.480)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(43)
Saldos em 30.6.2015	18.000	1.294	18.191	37.485
Saldos em 31.12.2015	18.000	1.553	23.062	42.615
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	4.900	-	(4.900)	-
Lucro Líquido	-	-	-	5.592
Destinações: - Reservas	-	280	5.259	(5.539)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(53)
Saldos em 30.6.2016	22.900	1.833	23.421	48.154

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Totais
		Legal	Estatutária	
Saldos em 31.12.2014	13.700	1.068	18.237	33.005
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	4.300	-	(4.300)	-
Lucro Líquido	-	-	-	4.523
Destinações: - Reservas	-	226	4.254	(4.480)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(43)
Saldos em 30.6.2015	18.000	1.294	18.191	37.485
Saldos em 31.12.2015	18.000	1.553	23.062	42.615
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	4.900	-	(4.900)	-
Lucro Líquido	-	-	-	5.592
Destinações: - Reservas	-	280	5.259	(5.539)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(53)
Saldos em 30.6.2016	22.900	1.833	23.421	48.154

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.683	2.362
Impostos e contribuições a recolher	192	143
Total	3.875	2.505
b) Diversas		
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	1.187	736
Cretores diversos no país	672	293
Total	1.859	1.029

(1) Inclui provisão para pagamento de serviços prestados por agentes autônomos, relativos a distribuição de valores mobiliários no valor de R\$ 989 mil (2015 - R\$ 676 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 22.900 mil (2015 - R\$ 18.000 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 22.900.000 (2015 - 18.000.000) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
<				



Bradesco
BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2016, somaram R\$ 181.050.338 mil (2015 - R\$ 147.932.713 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no semestre somou de R\$ 13.807 mil (2015 - R\$ 11.203 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2016.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, 24 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2